

ATA NUMERO NOVE

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas dezanove horas, no auditório da freguesia, sito na Travessa de S. Lazaro, em Viseu, reuniu, em Sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Viseu, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia Fernando Alexandre de Almeida Esteves e secretariado por Maria Manuela Borges Martins e Fernando de Oliveira Monteiro.

A folha de presença foi distribuída para a recolha de assinaturas dos membros da Assembleia de Freguesia presentes, tendo-se verificado a ausência de Luís Mouga Lopes que se fez substituir por Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues.

Marcaram ainda presença pelo Executivo da Junta de Freguesia: O Presidente Diamantino Santos, a Secretária Ana Maria Damião, o Tesoureiro Vítor Costa, os Vogais, Paulo Almeida e Francisco Marques.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, após ter verificado a existência de quórum, deu início a sessão, começando por dar as boas vindas e agradeceu a todos os presentes especialmente aos elementos que substituíram os elementos em falta, e solicitou a melhor colaboração para que a reunião decorra com normalidade.

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi comunicado à assembleia a presença na sala de um fotógrafo que iria tirar algumas fotografias para posterior publicação no Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Viseu, conforme proposta apresentada na reunião anterior por um elemento do público, manifestando-se o executivo recetivo a receber contributos da mesma para serem incluídas no referido Boletim.

1-Tempo destinado ao público:

Não se verificando a presença de público, passou-se de imediato à votação e aprovação das atas referentes às duas sessões anteriores da Assembleia de Freguesia de Viseu. Após algumas correcções e sugestões apresentadas pelos membros da assembleia, as atas número sete e oito foram votadas, registando-se os seguintes resultados :

Ata número sete, aprovada com uma abstenção.

Ata número oito, aprovada por unanimidade.

2-Informações da Junta de Freguesia

Na abertura deste ponto o Presidente da Assembleia comunicou que iria ser dispensada a leitura do documento que suporta este ponto pois o mesmo tinha já sido previamente distribuído por todos os presentes passando-se de imediato para o período de discussão.

Alexandre Azevedo Pinto, relativamente à síntese da actividade exercida pelo executivo da freguesia reafirmou a sua oposição em relação ao modo como a questão da acção social é levada a cabo pelo executivo, nomeadamente no que à loja solidária diz respeito. Em relação ao movimento associativo, questionou, afirmando que já o tinha feito em reuniões anteriores, quais as instituições beneficiadas, quais os montantes distribuídos a cada uma delas, quais eram os projectos apresentados. Ainda sobre este assunto referiu que esses esclarecimentos foram repetidamente adiados e agora, confrontados com a sua aprovação lamentou ainda mais que a dúvida se mantenha. Em relação às obras, referiu que a maioria não passa de projetos de intenções e que continua a haver um adiamento de execução das obras. Relembrou que na última assembleia afirmara que as taxas de execução dos investimentos eram muito baixos, mesmo residuais. Salientou que embora reconhecendo que não depende só da Junta de Freguesia mas também da Câmara, não quis deixar de sinalizar que sendo esta uma junta tão importante, isto só demonstra que a própria autarquia também esta parada. Questionou ainda o executivo sobre o projeto SAMA/ANAFRE e a disponibilização de material informático a ele inerente, bem como sobre o projecto Aproximar, alertando para o risco de duplicação de funções que pode existir atendendo à natureza das instituições envolvidas.

João Serra, após cumprimentar os presentes, começou por se referir à síntese que lhe é apresentada, considerando que a mesma mostra uma ausência da actividade, afirmando que sendo o trimestre onde decorreram as férias grandes lhe parece que o executivo esteve mesmo de férias, aludindo à muito baixa taxa de execução e ao facto de se tratarem de obras que já foram diversas vezes anunciadas.

Questionou acerca da abertura de mais um ano escolar, se e quando serão iniciadas as obras nas escolas Viriato e Grão Vasco e se as mesmas irão afectar o ano escolar.

Esclarecido pelo Presidente da Assembleia, acerca da dúvida levantada, que poderia de imediato apresentar à Assembleia algumas questões levantadas por fregueses, começou por referir uma questão levantada pela proprietária do restaurante Santa Maria em

Gumirães, por causa de três contentores de lixo que estão instalados em frente ao restaurante, e que em seu entender perturbam o normal funcionamento do mesmo, para além de todas as questões do ponto do vista higiénico que trazem a este estabelecimento, solicitando que esse equipamento fosse deslocado para outro local. Comunicou igualmente à assembleia que recebeu uma carta de uma senhora, D. Maria Simões Faria, carta essa que pensa ter chegado a todos os elementos da assembleia, sobre a solicitação de um atestado para efeito de rendimento de inserção social, e que no ano de 2014, tinha sido passado e assinado pelo senhor Tesoureiro e este ano, tendo de novo sido solicitado, foi lhe negado. Pretende pois esclarecimentos, sobre as razões que levaram a que este atestado não fosse passado e porque razão em 2014 não foi o senhor Presidente mas sim o Tesoureiro a passar o dito. De seguida, referiu que anteriormente, propôs nesta assembleia que fosse considerado o nome do Dr. Diamantino Henriques para ser colocado na toponímia da cidade e como tal gostava de saber qual a situação deste caso. Em relação ao boletim informativo, começou por saudar a iniciativa, mas no entanto, gostaria de saber, como aparece a publicidade neste boletim e de que forma é que é considerada a participação dos membros da assembleia no mesmo. Por último pediu alguma elasticidade de tempo ao Presidente da Assembleia, para apresentar uma moção sobre a situação dos refugiados na Europa, que passou a ler e que faz parte integrante desta ata (anexo Nº 1). Após a leitura referiu que a mesma moção já tinha sido apresentada na Assembleia Municipal que se pronunciou sobre ela e entregou a moção à mesa solicitando a votação da mesma.

Catarina Vieira cumprimentou todos os presentes, e referiu que relativamente à moção apresentada pela CDU que a mesma foi apresentada pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal. Na sequência do protocolo estabelecido entre a Junta e o RIV, perguntou, mesmo tendo em conta todos os condicionalismos pelo facto de se tratar de uma instalação militar se não poderia fazer parte deste protocolo a disponibilidade do RIV em acolher refugiados, ainda que de forma temporária. Tendo em conta a síntese de atividade apresentada, não querendo repetir alguns pontos já referenciados, chamou a atenção para o Jardim da Ribeira que desde a intervenção do programa Polis, uma parte foi destruído e atualmente tem tudo seco, tendo já pouco de jardim. Em relação ao Fontelo, referiu a inexistência de instalações sanitárias, apesar de aí haver um parque infantil. Referiu ainda outro tema, relacionado com a atividade turística da cidade, salientando o facto de o mapa que é entregue aos turistas não fazer nenhuma referência à Cava de Viriato. Em relação ao Mercado Indo Eu, questionou que sendo este um projeto já este bastante consolidado, se não seria de avançar com a proposta antiga do Bloco de Esquerda de trazer para o mesmo o comércio justo.

Jorge Azevedo cumprimentou todos os presentes, começando por se referir ao primeiro parágrafo da síntese do trimestre afirmando, que outra coisa não seria de esperar dos organismos públicos que mesmo neste período, não podem deixar de exercer os seus deveres. Acerca da loja solidária, questionou se durante todo o ano as pessoas que lá estão são voluntárias ou se isso ocorre apenas no período de férias. Questionou igualmente acerca da composição da anunciada equipa multidisciplinar associada às questões sociais. Sobre o Mercado Indo Eu, perguntou se existe alguma estatística sobre a adesão dos participantes, tanto dos que lá vendem como os que lá compram, para se perceber até que ponto esta iniciativa constitui ou não uma mais-valia para a economia da cidade. Relativamente ao programa Aproximar, espera que com o tempo, vá para o centro histórico, ao contrário do que aconteceu com a sede da Junta de Freguesia.

Augusto Antunes, após cumprimentar todos os presentes, pediu apenas ao Sr. Presidente da Junta, um pequeno comentário em relação à carta que a todos foi dirigida pela freguesia, D. Margarita Farias, uma vez que a mesma também foi dirigida ao Procurador-Geral da Republica, o que lhe confere, em sua opinião alguma relevância politica.

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta, para responder às várias questões já colocadas.

O Presidente da Junta começou por cumprimentar todos os presentes e agradeceu à mesa o facto de ter autorizado a fazer as fotografias para enriquecer o boletim informativo, referindo a este propósito que tal como já tinha afirmado na assembleia anterior a colaboração está aberta a todos os membros da Assembleia de Freguesia.

O presidente do executivo começou por responder a Alexandre Azevedo Pinto e à propaganda "caridadezinha" desafiando-o a acompanhar a actividade que decorre na loja solidária, falando com as pessoas que a ela se dirigem e lhes explique que quer acabar com esse apoio. Reconhecendo que é sempre possível fazer mais e melhor comunicou aos presentes que no âmbito do programa PEPAL, foi contratado um jovem freguês que é uma pessoa competentíssima e que certamente irá fazer um bom trabalho nesta área. Quanto às dúvidas levantadas sobre o apoio ao movimento associativo, recordou que foi feita uma cerimónia pública, onde foram divulgadas quais as instituições apoiadas e os apoios concedidos. Sobre este tema referiu ainda que espera para o próximo ano conseguir ser mais célere na atribuição dos apoios, mantendo os critérios de exigência aquando das candidaturas. Apesar de a cerimónia ter sido pública e como tal só não foi quem não demonstrou interesse em fazê-lo, concluiu que todos os documentos podem ser consultados na junta de freguesia e que os pagamentos às instituições estão a ser feitos dentro do estrito cumprimento a que a lei obriga nestas situações. Em relação às obras, referiu que nem a Junta nem a Câmara estão paradas, mas sim na fase final de planeamento. Afirmou que uma boa gestão autárquica se faz ao longo de todo o mandato, tanto mais que actualmente a forma de financiamento é completamente diferente, assente em fundos municipais e não europeus, pelo que o planeamento tem que ser devidamente faseado, garantindo que os investimentos serão feitos, e não o serão nas vésperas de 2017. Exemplificou com o chamado "Largo do Tesoureiro" relativamente ao qual, só agora o projeto de arquitetura está aprovado. Em relação ao projeto SAMA, lamentou a desinformação, pois este é um projeto da ANAFRE apoiado por fundos comunitários ao qual a Junta se candidatou, tendo recebido dois postos gratuitamente, sem qualquer custo, estando instalados nos dois espaços que a Junta possui. Esclareceu ainda que só não estão a funcionar porque ainda não foi ministrada formação para o efeito. Sobre este tema concluiu que o projecto SAMA é uma plataforma muito útil, de apoio ao dia a dia das freguesias, onde

ficarão alojados vários serviços, e que a novidade deste sistema é que o teclado já tem incorporado um leitor do cartão do cidadão e funciona com dois monitores um virado para o operador, outro virado para o freguês, o que permite a este acompanhar toda a operação. Em relação ao projeto Aproximar, trata-se de uma iniciativa intermunicipal em que as freguesias maiores vão ser dotadas de um espaço próprio para o cidadão e as freguesias mais pequenas vão beneficiar de um posto móvel instalado numa carrinha. O objectivo é descentralizar alguns serviços, poupando tempo aos fregueses, que assim podem tratar de vários assuntos em simultâneo. A Freguesia de Viseu, solicitou à Câmara Municipal, que é a entidade recetora via CIM, que o espaço cidadão fosse colocado no centro histórico.

Em relação às questões levantadas por João Serra, nomeadamente sobre o pouco trabalho desenvolvido pelo executivo, respondeu que há muito estamos habituados que para o PCP, só eles é que trabalham, mas a verdade é que a maioria dos temas que aqui trás são cópia dos apresentados na Assembleia Municipal pelo que em termos de trabalho não pode falar muito. Em relação às datas das obras na escola Viriato e Grão Vasco, referiu que não é uma competência da freguesia, mas aproveitou para, relevar todos aqueles que ajudaram para que fosse encontrada esta solução entre a tutela e a câmara, apesar de a própria câmara poder escusar-se a fazer as obras, pois estas escolas não são responsabilidade do município. Afirmou no entanto que o Presidente da Câmara e a sua equipa foram perfeitamente sensíveis aos apelos de todos nós, em particular aos das entidades educativas dessas escolas, e de uma forma pró-ativa disponibilizou-se para fazer o projeto com as suas equipas técnicas, acompanhar o mesmo e avançar com quinze por cento do montante global do investimento que é cerca de dois milhões de euros. Exemplificou ainda com a escola da Ribeira que constitui uma forma prática de perceber como a câmara está a trabalhar, começando numa primeira fase por retirar o amianto, depois fez a cobertura, a seguir tratou-se da eficiência energética e para o ano, conclui com a reabilitação da zona de lazer. Em relação ao restaurante Santa Maria, agradeceu a chamada de atenção, mas referiu que a dona se quisesse, poderia ter posto este problema frontalmente, pois o executivo está a adotar uma prática descentralizadora, levando a segunda reunião mensal do executivo às instituições ou associações e em setembro fizemo-lo em Gumirães. O problema levantado é do conhecimento do executivo, que inclusivamente já referenciou um terreno anexo para onde é possível deslocar os contentores. Ainda a este propósito, referiu que o problema é no entanto muito mais vasto e abrange todo o território das antigas Juntas de freguesia de Santa Maria e São José, onde este tipo de equipamentos não foi modernizado. Este tipo de equipamento, custa cerca de cento e vinte e cinco mil euros e apesar de a questão da higienização ser uma responsabilidade municipal o executivo da freguesia está fortemente empenhado, para que gradualmente sejam colocados contentores modernos em todo o território.

Em relação à carta da Dona Margarita Farias, começou por dizer que não se trata de qualquer perseguição, mas sim de factos. Referiu que esta situação foi herdada da antiga Junta de freguesia de Coração de Jesus onde o marido desta senhora era funcionário, tendo sido alvo de um processo disciplinar que seguiu a via judicial, e que determinou a readmissão do indivíduo que no entanto está judicialmente impedido de mexer em computadores, em dinheiro, em dossiers contabilísticos e de atender ao público. A pergunta que se faz é o faz este funcionário que todos os meses recebe mais de mil euros limpo por mês. Apesar disto a esposa deste funcionário, alegando estar divorciada, requereu o rendimento social de inserção em 2014, numa altura em que o Presidente do executivo estava de férias, e daí o mesmo ter sido passado pelo Tesoureiro. Quando o documento foi solicitado em 2015, o mesmo foi passado mas de acordo com a realidade que o executivo conhece e não como a senhora pretende, pois para alguns efeitos apresenta-se como casada, outras como divorciada, não tendo até hoje, apesar de insistentemente solicitado ter apresentado qualquer comprovativo que ateste esse estado civil. Aproveitou ainda para informar a assembleia que o executivo já requereu vários documentos, como o comprovativo do registo de morada, estado civil, certificado de habilitações, entre outros, não tendo recebido nada, uma vez que as cartas que lhe são enviadas com aviso de receção nem sequer são levantadas. Concluiu referindo que em relação ao processo com o funcionário marido da D. Margarita Farias, em abril deste ano o tribunal deu razão ao executivo da junta, tendo o mesmo recorrido, aguardando se actualmente a decisão do caso.

No que se refere ao pedido do nome do Dr. Diamantino Henriques integrar a toponímia da cidade, o processo não foi esquecido e a câmara já lá tem esse e outros pedidos, que serão alvo de análise por uma comissão de toponímia criada pelo município para avaliar as propostas. Quanto ao Boletim informativo, referiu que neste momento não tem qualquer informação sobre ser ilegal o uso de publicidade, se assim for a situação será rectificada alertando no entanto que é a publicidade que de alguma forma suporta os custos de emissão do boletim. Em relação à moção sobre os refugiados que foi apresentada, referiu que se trata de um problema em primeiro lugar do estado central e depois da autarquia, manifestando-se no entanto solidário com a moção apresentada e apelando a que os membros do PSD a suportem.

Em resposta às questões levantadas por Catarina Vieira, sobre o Jardim da Ribeira, o Presidente do executivo manifestou total concordância com a intervenção proferida, referindo que abordará novamente a entidade competente no sentido de ver revitalizado aquele espaço nobre da cidade, até pela proximidade da Feira de São Mateus. Em relação às casas de banho do Fontelo, referiu que irá indagar porque razão as casas de banho não estão operacionais. Aproveitou para informar que está a ser preparado pelos técnicos municipais um projeto de revitalização da mata do Fontelo e comunicou que na entrada de Gumirães para o Fontelo, foi feita uma rampa de acesso que tem sido muito elogiada pelas inúmeras pessoas que utilizam aquele acesso e que anteriormente não apresentava segurança nem permitia a passagem de pessoas com mobilidade reduzida. Sobre a ausência da Cava de Viriato dos mapas, referiu que lhe parecia estranho, mas a confirmar-se irá reclamar junto da Câmara Municipal. Sobre o Comércio Justo no Mercado Indo Eu, referiu que já lá esteve uma cooperativa de Amarante que foi uma primeira experiência e que em futuras edições levará em conta esta sugestão.

Em relação á intervenção de Jorge Azevedo, lamentou que a leitura da nota informativa tenha terminado no primeiro paragrafo, e garantiu que não estivemos todos de férias, apesar de haver férias. Quanto à loja solidária, afirmou que vive do voluntariado, ali ninguém recebe nada são todos voluntários. A diferença é que no período de férias as estagiárias que normalmente organizam o trabalho, estão ausentes e as pessoas de uma maneira altruísta, disponibilizaram-se para nos ajudar. Quanto à equipa multidisciplinar, é constituída pelo jovem licenciado em psicologia, admitido no âmbito do PROPAL, são também as novas estagiárias e a respectiva orientadora de estágio que se comprometeu em envolver-se mais no projecto, referindo que são estas pessoas que vão desenvolver o projeto de intervenção social em articulação com as instituições que já estão a trabalhar connosco e com os membros da freguesia. Sobre o Mercado Indo Eu, referiu que a última edição feita em setembro contou com setenta participantes e que as pessoas que lá vendem estão bastante satisfeitas e que algum impacto deve ter, uma vez que muitos vendedores já solicitaram que o mesmo passasse a ter periodicidade mensal. Quanto ao afluxo de compradores convidou o membro Jorge Azevedo a ver com os seus próprios olhos na próxima edição uma vez que até hoje nunca o viu por lá.

Terminado o período de resposta do Presidente do Executivo às questões levantadas pelos membros da assembleia e uma vez que o tempo destinado ao período antes da ordem do dia ainda não se tinha esgotado, o Presidente da Mesa permitiu mais uma ronda de intervenções.

Mário Rui, após cumprimentar os presentes, dirigiu-se diretamente ao Presidente da Junta, referindo-se ao apoio social direto, que o executivo da junta presta a algumas famílias que considera carenciadas e que o membro da assembleia Alexandre Azevedo Pinto refere como caridade, e o senhor Presidente caricatura como caridadezinha, recordou que os membros do PS indicaram com clareza logo na primeira assembleia que a junta não deveria prestar esse apoio direto, mas sim como forma de organização e orientação com as associações de intervenção social, para que não se confunda apoio social com oportunidade política, admitindo no entanto de forma democrática divergências de opinião neste campo. Relativamente ao trabalho que tem sido desenvolvido com as instituições e associações que já estão a ser apoiadas e às quais já foram entregues cinquenta por cento do valor do financiamento, considerou que esta talvez tenha sido a intervenção mais infeliz do senhor Presidente, explicando que enquanto membros da assembleia, quando se dirigem a alguém nesta assembleia, nunca perdem a noção de com quem estamos a falar, não perdem a noção de que estamos a falar com a mesa, com os membros do executivo ou com o senhor Presidente. Pelo contrário, considerou que o senhor Presidente ao afirmar que já publicitou a relação destas associações com as quais protocolou em cerimonia publica, perdeu a noção de com quem estava a falar, recordando que o estava a fazer perante dezanove membros da assembleia de freguesia democraticamente eleitos pelos fregueses, que não têm a obrigação de ir a cerimónias publicas, primeiro porque são membros da assembleia não profissionalizados, com as suas vidas e compromissos, com horários de trabalho e outras circunstâncias que não sendo profissionais, mas de força maior não os permitem estar presentes, continuou referindo que como tal, quando os membros da assembleia querem tomar conhecimento de todos os passos administrativos da junta, inclusive destes protocolos e apoios, é para os discutir, e essa discussão é para ser feita aqui e não em cerimónias públicas. Concluiu, afirmando que o Sr. Presidente não é constrangido em rigor pela lei a trazer à assembleia essa relação, mas deveria ser constrangido a fazê-lo pela sensibilidade democrática. Retomando o tema da síntese da actividade trimestral apresentada referiu que no terceiro paragrafo se podia ler que iriam ser efetuadas pequenas obras, como a restauração da Fonte Chafurda, e que tratando-se de uma síntese de atividade do terceiro trimestre de 2015, as intenções não deveriam fazer parte da actividade. Reafirmou que não diz isto por uma questão meramente formal, mas sim por em abstracto, nenhum Presidente de Junta, poder escrever num documento que sintetiza a actividade desenvolvida algo que ainda não aconteceu.

Usando novamente da palavra, o Presidente da Junta, referiu estar já habituado ao tipo de intervenção “filosófica” do membro Mário Rui, considerando a sua intervenção naturalmente democrática, mas recordando que em relação aos apoios ao Movimento Associativo, foi cumprido o regulamento estabelecido para estas situações, e aprovado inclusivamente com o apoio dos elementos

I I - PERIODO DA ORDEM DO DIA

1-Análise da situação financeira da Junta de Freguesia de Viseu.

Na abertura deste ponto o Presidente da Assembleia, referiu que foi distribuído por todos os elementos da assembleia um documento que apresenta a situação financeira da freguesia da responsabilidade do executivo e que suscitou por parte da assembleia as seguintes intervenções:

Augusto Antunes, referiu que gostaria, tal como já o referira anteriormente, que a análise da situação financeira fosse apresentada de uma forma mais dissecada. Reconhecendo que as contas estão bem-feitas, o que abona a favor do tesoureiro, e que há um saldo positivo, o que também é relevante, manifestou a ideia de que devia haver uma informação mais minuciosa das grandes rubricas. Questionou qual o prazo de pagamento da freguesia aos fornecedores e qual o estado das situações pendentes, nomeadamente o caso da Tecnovia.

Jorge Azevedo, referiu que embora não sendo um perito nestas coisas, após uma análise simplista, constatou que se todos os valores referentes aos assuntos pendentes, tiverem de ser pagos efetivamente, e tendo em conta o saldo em caixa apresentado neste documento, verifica-se uma situação de incumprimento. Pediu ainda esclarecimentos sobre a prestação paga à ADSE que se prolonga até setembro de 2017.

João Serra interveio no mesmo sentido das anteriores intervenções.

O Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra novamente ao executivo.

O Presidente da Junta, começou por pedir autorização para passar a palavra ao tesoureiro para ser este a responder, mas antes solicitou à Mesa para tecer alguns comentários:

Quanto ao dissecar mais ao pormenor as contas, referiu que a informação fornecida pretende ser um resumo da situação financeira e se algum membro necessitar de maior esclarecimento o mesmo poderá ser solicitado ao executivo quando o entenderem. Quanto ao assunto da Tecnovia e aos outros pendentes, referiu que tal como já o afirmou várias vezes nesta assembleia estes são problemas herdados das anteriores Juntas, sendo que no caso concreto da Tecnovia em primeira instância o tribunal deu razão ao executivo, mas que a dita empresa recorreu.

O Sr. Tesoureiro, aproveitou para cumprimentar os presentes, e referiu que a instituição Junta de Freguesia, não é uma empresa cotada, como tal não tem de prestar contas trimestralmente e até as empresas cotadas vão passar a prestar contas no prazo de seis meses, o que é obrigatório é mostrar à assembleia a posição financeira e isso está bem claro no documento apresentado. Respondendo a Augusto Antunes, referiu que os valores em dívida apresentados, são de curto prazo, sendo que a junta de freguesia, paga aos fornecedores entre cinco a dez dias. Em relação à dívida da ADSE, referiu que já anteriormente tinha sido explicado que foi uma dívida que nunca ninguém assumiu, pois era uma dívida das três juntas que com a mudança administrativa, recaiu sobre a atual freguesia e a solução foi negociar um acordo com a ADSE, no montante e prazo definido no documento decorrendo as amortizações até Setembro de 2017, altura em que também caduca o mandato deste executivo, permitindo que quem vier não tenha que herdar o problema como ao actual executivo herdou

2-Ratificação de um acordo de parceria e cooperação entre a Junta de Freguesia de Viseu e as Juntas de Freguesia das sedes dos concelhos da Guarda e de Castelo Branco.

Em relação a este ponto o Presidente da Assembleia referiu que o documento que foi distribuído hoje, não é nenhum protocolo de cooperação, mas apenas uma informação escrita do conteúdo da reunião que houve entre estas três freguesias e que ocorreu em maio de 2015. Este tema já tinha sido abordado na assembleia anterior, mas ainda assim, solicitou ao Presidente do Executivo, mais esclarecimentos sobre este possível acordo de cooperação.

O Presidente do executivo, referiu que sob proposta do Presidente da Junta da Guarda, houve uma troca de experiências entre estas três freguesias, Guarda, Castelo Branco e Viseu, para se perceber melhor o que une e o que diferencia estas freguesias. O objectivo é posteriormente, se tal se revelar útil para todos celebrar um acordo de cooperação que para já só se encontra na fase de estudo, estando desde já agendada nova reunião para Castelo Branco sendo a última realizada em Viseu.

Para terminar este ponto o Presidente da Assembleia, explicou que quando fez a convocatória entendeu que o acordo já viria aqui, daí estar escrito desta forma no ponto 2 da ordem de trabalhos. Não sendo assim, abriu um debate para este tema que no entanto não foi reclamado por nenhum membro da assembleia.

3-Discussão de outros assuntos de interesse para a Freguesia de Viseu.

O Presidente da Assembleia começa por indicar que neste ponto vão ser apresentados dois protocolos de duas instituições, um protocolo como o RIV e um com a UFASV, ambos distribuídos, para serem ratificados, depois de devidamente comentados caso alguém o queira fazer.

Augusto Antunes fez um comentário, relacionado com a celebração de protocolos, afirmando que os membros do PS, por norma não se têm oposto sobre qualquer celebração de protocolos, não abdicando no entanto do papel de alguma forma fiscalizador dos mesmos e referiu, em jeito de sugestão, que periodicamente o executivo trouxesse à assembleia o andamento desses protocolos. .

João Serra, afirmou que se fala muito de protocolos e que agora vinham mais dois. Referiu que no protocolo com a UFASV as atribuições da Junta de freguesia constam no ponto dois da alínea b) referente à entidade em causa. Questiona se o protocolo é mesmo assim ou se se trata de um lapso.

Para responder às questões solicitadas o Presidente da Junta, referiu relativamente a estes dois documentos estar disponível para ir mais além e discutir com a assembleia qualquer alteração que queiram sugerir desde que de uma forma construtiva. João Serra refere que se a pergunta não foi compreendida nem respondida iria fazê-la chegar por escrito, para que dessa forma fosse esclarecido.

O Presidente da Assembleia referiu que tinha percebido perfeitamente a dúvida levantada por João Serra e que se tratava certamente de um lapso fácil de rectificar, bastando para tal alterar a ordem do texto sem mexer no seu conteúdo. Feita esta rectificação passou-se à votação da ratificação de ambos os protocolos, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida foi posta a votação a moção entregue à mesa por parte da CDU, como já tinha sido lida no ato da sua entrega à mesa, passou-se de imediato à sua votação, tendo a mesma sido aprovada com cinco abstenções.

Mário Rui solicitou a apresentação de declaração de voto a título individual, afirmando: "concordo com a conclusão da dramaticidade desta situação, que afeta centenas de milhares de pessoas que de fato como se diz neste documento, fogem da guerra e da fome por obra de poderes tiranos, agora com toda a legitimidade este documento, identifica a origem deste problema, através de uma interpretação ideológica que logicamente que não é a minha e como tal não posso subscrever na íntegra este documento"

A declaração de voto de Mário Rui foi igualmente subscrita por Teobaldo Simões, Augusto Antunes e Fernando Esteves

Jorge Azevedo referiu que obviamente também não concorda com a parte política deste documento, mas considera-a menos dramática, preferindo o CDS dar ênfase aos problemas que as pessoas estão a passar.

Catarina Vieira, abordou o tema da semana da mobilidade, e o dia sem carros que se comemorou no passado dia vinte e dois de setembro e que não se comemorou no município de Viseu. Sendo esta uma junta urbana, sugeriu que quando há uma atividade deste género causadora de grande impacto na população e atendendo a que o município não adere à iniciativa ser esta junta, a fazer com que este dia não caia no esquecimento, pois serviria para promover o aumento da qualidade de vida da população urbana.

O Presidente da Junta, referiu que desconhecia as razões pelas quais o município não aderiu ao dia sem carros e igualmente não sabe se existe ou não a ideia de voltar a celebra-lo. Solicitou de seguida à Mesa a autorização para passar a palavra ao vogal do executivo, Francisco Marques para que o mesmo pudesse dizer algo sobre o Orçamento Participativo de 2015.

Cumprimentando todos os presentes, Francisco Marques iniciou a sua intervenção, recordando a todos que na reunião anterior aprovou-se o regulamento e a calendarização do PO 2015. Comunicou à assembleia que foram realizadas várias acções no âmbito da divulgação do OP 2015 tendo terminado em junho a fase de apresentação de propostas, tendo sido recepcionadas quarenta e duas que se encontram agora na fase de aperfeiçoamento e análise. O executivo, pretendia, no entanto, solicitar à assembleia uma alteração referente ao período de votação das propostas, uma vez que o actualmente referido no regulamento do OP 2015 coincide com o período de votação do OP da CMV, com toda a confusão inerente a esta coincidência de datas. Assim, referiu que era pretensão do executivo que o calendário do OP 2015 fosse alterado no sentido de a apresentação pública das propostas decorrer a trinta de outubro, a votação das mesmas durante todo o mês de novembro e a divulgação do ou dos projectos vencedores a dezassete de dezembro.

Mário Rui referiu que o PS não vê qualquer problema na alteração pretendida.

Fernando Esteves concorda com a alteração proposta, mas recorda que esta situação já é recorrente uma vez que o mesmo se passou com o OP 2014, pelo que seria bom que para o próximo ano esta situação fosse devidamente acautelada

Jorge Azevedo alertou para os riscos da utilização da mesma nomenclatura e do mesmo nome dado ao OP, por entidades diferentes, defendendo uma identidade própria.

O Presidente da Junta pediu a palavra para acrescentar que em relação ao OP da CMV, este excluía projectos sedeados no território da Junta de freguesia de Viseu pelo que considerava que este facto poderia aumentar o interesse pelo OP 2015 da Junta de Freguesia de Viseu. Antes de terminar, o Presidente do executivo comunicou à assembleia que exercendo por inerência as funções de presidente da comissão do eleitoral da freguesia, desejou que o próximo ato eleitoral decorra com normalidade e informou que a freguesia teria vinte e duas secções de voto, nove na escola Alves Martins e treze na escola Emídio Navarro e que ao contrário do que era habitual, a junta não irá custear almoços e lanches às pessoas envolvidas.

O Presidente da Assembleia solicitou à secretária da mesa Maria Manuela Martins para proceder à leitura da minuta da ata, finda a qual foi posta à votação e aprovada por unanimidade.

Não havendo outros assuntos a deliberar, foi encerrada pelas vinte e duas horas, dela se lavrando a presente ata que lide e achada conforme vai ser assinada para que conste.

O Presidente da Assembleia:

----- A 1ª Secretária:

----- O 2º Secretário: